



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

UNICAÇÃO NAIS

Depois de 41 anos de fundação, a Central de Abastecimento de Aracaju (Ceasa) deverá encerrar as atividades nos próximos meses, dependendo somente da decisão da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) de quando e como isso irá acontecer. A informação foi passada na manhã de ontem, dia 9, por representantes da Cohidro em audiência pública, que aconteceu no Ministério Público Estadual (MPE), presidida pelo promotor de Justiça, Daniel Carneiro.

De acordo com o promotor, a partir do momento que foram identificadas irregularidades higiênico-sanitárias nas dependências da Central, as partes que seriam responsáveis pelo local foram chamadas a comparecer ao MPE para prestar esclarecimentos. "Procuramos primeiro, os gestores da Ceasa, e na primeira audiência que tivemos, eles informaram que a Central pertencia ao Estado de Sergipe. Eu então chamei representantes do Estado para que eles me dissessem realmente o que estava acontecendo. Os representantes vieram e me informaram que o prédio da Ceasa pertencia à Cohidro", lembra.

O promotor chamou então a direção da Cohidro para a audiência que aconteceu ontem, para a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para que houvesse adequações na Ceasa e o comércio pudesse continuar. Só que a resposta surpreendeu aos presentes. "Eles informaram que

não há mais o interesse em ceder o espaço para que funcione como central de abastecimento e decidiram vendê-lo. O prédio é deles, e a Cohidro tem todo o direito de outorgar ou não o uso desse espaço, de acordo com a conveniência da Administração. A Cohidro decidiu vender o prédio e construir uma nova Ceasa, de acordo com padrões mais modernos, em outro local", declarou.

Só que foi informado pelos representantes da Cohidro, durante a audiência, que não há sequer um projeto para tal empreendimento. "Eles me informaram que são diversos os motivos que levaram a Cohidro a tomar esta decisão. Os representantes disseram que a Ceasa não funciona mais como uma central de abastecimento, propriamente dita, já que funciona praticamente como uma feira. Eles argumentaram que a Ceasa desvirtuou-se, e perdeu a função para a qual ela foi construída inicialmente. Eu não posso discutir esses termos, porque eles possuem a propriedade e decidiram vender. Vou acompanhar esse procedimento, apenas fiscalizando o ponto de vista de quanto tempo esse pessoal ficará lá, porque a mim cabe somente fiscalizar a regularidade desse comércio e dos produtos que são vendidos. A partir do momento que for encerrado,

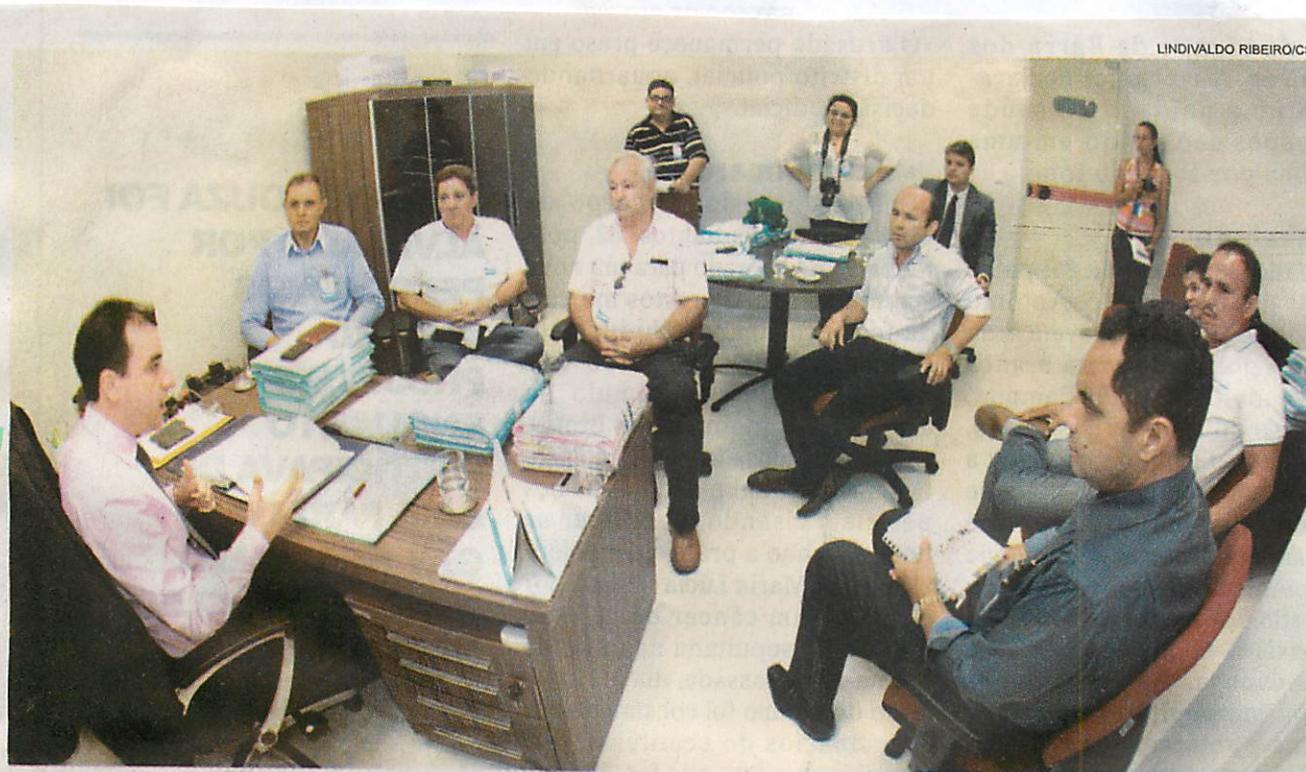
“

Nada impede de que o Estado de Sergipe mude sua opinião”

Daniel Carneiro | Promotor de Justiça

Ceasa da capital sergipana pode encerrar as atividades

Decisão do fechamento da Central de Abastecimento nos próximos meses depende apenas de decisão da Cohidro



■ Representantes da Cohidro se reuniram em audiência pública, que aconteceu no Ministério Público Estadual

e que o Estado de Sergipe vender o terreno, não há mais interesse do MPE em atuar neste procedimento”, afirmou o promotor.

• Decisão pendente

Daniel Carneiro deu um prazo de 30 dias para que a Cohidro apresente a sua decisão final, que poderá ser o cronograma de como a retirada dos feirantes deverá acontecer ou se a Cohidro voltou atrás de sua decisão. “Nesse período de 30 dias, nada impede que o Estado mude sua opinião, não há nada determinado neste sentido pela minha parte. Eu dei o prazo de 30 dias para que o Estado me diga o que quer fazer, e como vai fazer para regularizar o comércio ou, como foi dito por eles, encerrar as atividades com a venda do terreno. Uma decisão ou outra fica a cargo do Estado. O comércio irregular e lesivo ao consumidor é que não pode continuar”, destacou o promotor. Ele expôs que o que desencadeou todo esse processo foram reclamações de consumidores e as vistorias da Vigilância Sanitária realizadas no local. “Foram muitas as reclamações da população, e a Vigilância Sanitária, a pedido do povo, esteve lá e constatou a precariedade das instalações”, completou.

De acordo com o diretor da Ceasa,

Augusto Gonçalves Neto, nada ainda é conclusivo por parte da Cohidro. “Nós não podemos nem dizer nada ainda para os comerciantes, pois tudo ainda está dependendo de decisões. Eu converso sempre com eles, sei da intensão do governo de extinguir a Ceasa, mas também sei que é de responsabilidade do governo construir uma nova Ceasa. Continuamos como estar, aguardando os próximos passos. Eu, particularmente, acredito que isso aí vai rolar mais uns 20 anos. A Associação não tem interesse na administração da Ceasa, algo que é dever do Estado. Só que este se ausentou da responsabilidade. Todas as Ceasas do país são administradas pelo Governo Estadual”, declarou.

Já o diretor administrativo da Cohidro, Aristóteles Fernandes, informou que o órgão irá entregar no prazo de 30 dias os próximos passos ao MPE. “Em 30 dias apresentaremos um plano de como vai acontecer as deliberações a partir de agora. Nós iremos sentar e avaliar. Esta situação se desencadeou por conta de um problema de saúde pública, e esta é responsabilidade da administração. Não podemos adiantar nada por enquanto, peço que a população aguarde para tirar melhores conclusões”, completou.